



Universidade Norte do Paraná

SISTEMA DE ENSINO PRESENCIAL CONECTADO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA

DELAINE DE ASSIS ORLANDO

RETRATO ECONÔMICO DO BRASIL

DELAINE DE ASSIS ORLANDO

RETRATO ECONÔMICO DO BRASIL

Trabalho de Bacharelado em Administração apresentado à Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como requisito parcial para a obtenção de média bimestral na disciplina de Introdução a Economia.

Orientador: Prof. Wilson Salvalgio

Marabá - Pará
2009

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 DESENVOLVIMENTO	4
Continuação: desenvolvimento	Erro! Indicador não definido.
2.1.1 PROGRAMAS DO GOVERNO	Erro! Indicador não definido.
Continuação: Programas do Governo	13
Continuação: Programas do Governo	14
2.1.1.1 PLANO REAL	Erro! Indicador não definido.
Continuação Plano Real.....	Erro! Indicador não definido.
3 O BRASIL HOJE E A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL	Erro! Indicador não definido.
Continuação: O Brasil hoje e a Crise Econômica Mundial	Erro! Indicador não definido.
Continuação: O Brasil hoje e a Crise Econômica Mundial	Erro! Indicador não definido.
4 CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da trajetória da economia no Brasil, suas variantes e naturalmente suas conseqüências diretas e indiretas ao seu público interno ou externo.

Retrata o Brasil e seus Planos Econômicos que foram implantados e adotados por seu Estado enquanto órgão fiscalizador, gerador e detentor de recursos e o marco da economia brasileira que foi a implantação do Plano Real e a estabilidade de nossa moeda.

Outra abordagem será a crise mundial financeira e a visível resistência do Brasil diante da mesma se tornando alvo das discussões dos governos até então denominados “economicamente potentes” e que hoje se revelam o contrário.

2 DESENVOLVIMENTO

É obvio que o Brasil no decorrer de sua história e sob a regência ou administração de diferentes governos vivenciou, proporcionou e em algumas ocasiões até superou as diversas oscilações em sua economia, se partimos do princípio de que a economia visa satisfazer direta ou indiretamente as necessidades humanas. O Brasil por sua vez embora tenha almejado a estabilização em sua economia, todavia é evidente que este é um objeto que está ainda longe de ser alcançado.

O Brasil conseguiu desenvolvimento médio de 6 % ao ano entre 1930 e 1980 e como conseqüência triplicou no período sua participação no PIB mundial. Posteriormente, entre 1981 e 2006, a economia brasileira consumiu muito de seu dinamismo, desenvolvendo-se somente 2,1 % ao ano, em média. Em decorrência deste fator o País sofreu uma redução avaliada de 3,9 % para unicamente 2,7 % do PIB mundial nesses 25 anos definitivamente perdidos. O desenvolvimento e o crescimento do País em 2006 foi sumariamente de 3,7 %. Já em 2007, o índice chegou a algo como 5,4 %. Em 2008, mesmo com crise mundial, agravada no 4º trimestre, o Brasil cresceu quase 6 %. Em 2009, uma recessão é dada como certa.

Com o desempenho limitado e conservador do Governo Lula desde 2003, as expectativas internacionais em relação à Economia do Brasil puderam mudar para melhor, mas com visão de longo prazo.

Isso em um Estado endividado que ainda submerge quase 40 % de toda a riqueza nacional (PIB) e detém para as suas indigências extraordinários 80 % do crédito disponível, tornando ainda mais caro o restante para a Nação.

O Governo impetrou em 2005 o cumprimento tão almejado da meta acordada com o Fundo Monetário Internacional - FMI para o superávit público elementar em **6,3 %** ao ano, maior que os 4,25 % primeiramente acordados. Finalmente em março de 2005, foi anunciado que o acordo finalizara e não seria mais revisto. Desde este fato histórico a partir de dezembro de 2005, o Governo anunciou que estava liquidando toda a dívida remanescente com o FMI, no valor de US\$ 15,5 bilhões.

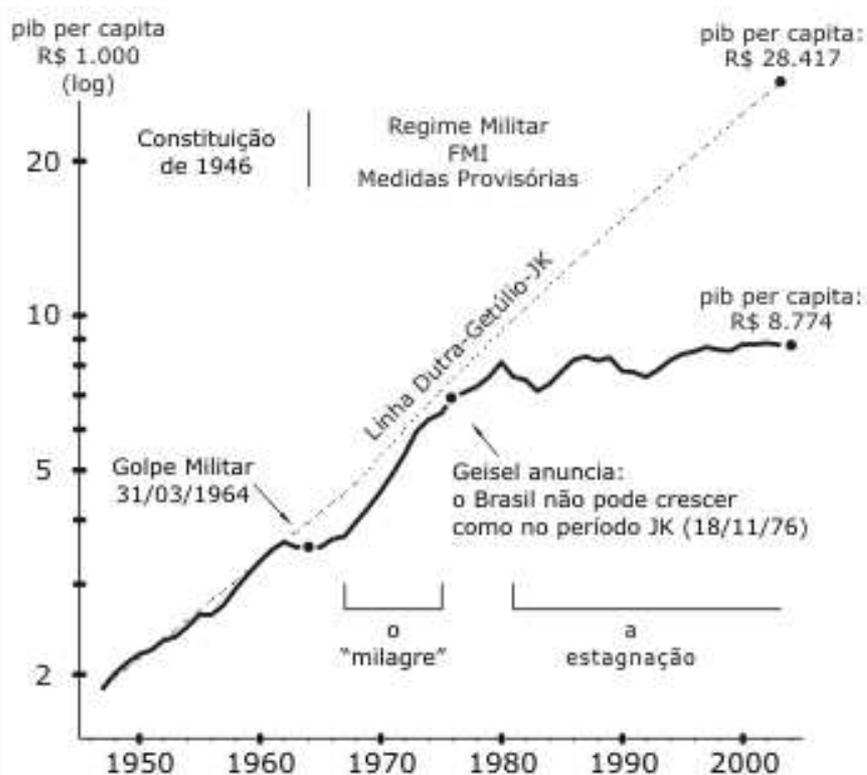
É interessante ressaltar que o déficit nominal do setor público, ou seja o superávit primário reduzido pelo pagamento de juros, de 2004 foi de **2,68 %**

do PIB, menor percentagem alcançada desde a abertura da série do BC, em 1991 (em 2003, foi de 5,08 %).

Evidentemente que dadas as circunstâncias e o dados econômicos repassados é impossível não perceber e admitir obviamente que no atual Governo, existe um controle visando o equilíbrio entre inflação, contas fiscais e sólidas contas externas, além da redução da relação dívida / PIB, devido à forte redução da parcela corrigida pelo câmbio.

Ainda que contenha um expressivo desacerto quanto à elevação da taxa básica de juros **SELIC** por tempo exorbitante entre 2005 e 2008, o presente Governo confirmou capacidade em conservar os alicerces de política macroeconômica para poupar o pior, que encerraria consequentemente a falta de confiança generalizada a partir de 2003. A situação de risco se repetiu na virada 2008/2009 e os fundamentos salvaram o país de algo pior.

A economia Dutra- Getúlio – JK, a economia do FMI, do Regime Militar e das Medidas Provisórias



Fonte: http://www.aeconomiadobrasil.com.br/pdf/200410_retratos_cresc_estag.pdf

2.1.1 PROGRAMAS DO GOVERNO

O Governo de outrora implantou alguns Planos visando estabilizar a economia brasileira e valorizar sua moeda corrente, todavia nem sempre obteve um resultado amplamente positivo, alguns destes planos chegaram a ser desastrosos que culminaram com hiperinflação em determinados períodos e conseqüentemente acarretaram a desvalorizam da moeda e a escassez no mercado. O maior elo de ligações entre estes Planos Econômicos do Governo foi a busca da estabilização na economia brasileira, mas nem sempre as armas utilizadas fizeram valer esta vontade e seu objetivo ao contrário do que se previa esta ainda muito distante de ser alcançado. Vejamos a seguir os principais Planos desenvolvidos e implantados pelo Governo e suas conseqüências:

OS PLANOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

PLANO	PRINCIPAIS PONTOS	PRINCIPAIS EFEITOS
CRUZADO 1 FEVEREIRO/1986	O cruzeiro perde seus zeros e passa a se chamar cruzado. Os salários são congelados pela média de 6 meses anteriores. Congelamento de preços, tarifas e serviços. A correção cambial é congelada por tempo indeterminado.	Queda momentânea da inflação; consumo excessivo; ágio nos preços – desabastecimentos no mercado; disparo do dólar e aumento das dívidas interna e externa.
CRUZADO 2 NOVEMBRO/1982	Aumento da poupança, com estímulos fiscais; aumento de impostos indiretos; aumento das tarifas públicas; estímulo às exportações.	Queda da inflação a princípio, com posterior aceleração; prejuízo no salário real; aumento dos déficits interno e externo do setor público e descrédito popular.
BRESSER	Congelamento dos preços e	Contenção de gastos

JUNHO/1987	salários por 90 dias. Reajuste dos salários sempre que a inflação aumentar em 20%. Criada a Unidade de Referência de Preços – URP. O cruzado é desvalorizado em 10,56%.	públicos; arrocho salarial; alta inflacionária e descrédito popular.
VERÃO JANEIRO/1989	O cruzado perde três zeros, passa a se chamar cruzado novo, resultado é o congelamento de salários, preços e tarifas; desvalorização do cruzado em 17%; reforma administrativa com a extinção de 5 (cinco) ministérios.	Controle da inflação no começo; alta da dívida externa; disparada do dólar e o achatamento salarial.
COLLOR 1 MARÇO/ 1990	Volta o cruzeiro, valendo tanto quanto o cruzado novo. Aumento da maioria das tarifas públicas. Congelamento parcial dos preços e abolição da maior parte das restrições às importações.	A inflação cai no início, mas logo volta aos 20%. O governo consegue superávit no PIB. Depois de longo período no vermelho, registra-se uma das maiores recessões do país.
COLLOR 2 FEVEREIRO/1991	Manutenção do cruzeiro; tabelamento da cesta básica; congelamento flexível dos preços; promessa de desindexação da economia; aplicação de tarifa a contratos anteriores ao pacote.	O congelamento de preços não funciona. A inflação não acaba, ficando na casa dos 7%; desabastecimento no mercado e a desindexação da economia não funciona.

<p style="text-align: center;">REAL JULHO/ 1994</p>	<p>O real passa a ser a nova moeda do país, busca por estabilização sem congelamento de preços; tentativa de controlar os gastos públicos; a aceleração do processo de privatização das estatais; controle da demanda por meio da elevação dos juros.</p>	<p>Redução da inflação; aumento da recessão; aumento do número de desempregados; dificuldades do governo para controlar os gastos e privatização e estímulo à modernização das empresas.</p>
---	---	--

Fonte: O Estado de São Paulo

2.1.1.1 PLANO REAL

É impossível falar de economia, especificamente da economia brasileira e não mencionar ou ressaltar aquele que foi seu marco economicamente falando, isto é, o PLANO REAL. Depois do encerramento do ciclo de governos militares (1964-1985), o Brasil enfrentou as dificuldades econômicas herdadas do chamado **MILAGRE ECONÔMICO** dos Anos 1970 e experimentou uma série de planos de estabilização, em geral baseados em políticas monetárias heterodoxas (como congelamento de preços e confisco de poupança). Finalmente, as tentativas de estabilização econômica obtiveram êxito com o Plano Real em 1994.

O Plano Real foi um plano de consolidação econômica feito sob o governo de Itamar Franco e planejado pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, em seguida eleito presidente em 1994. Sua finalidade inicialmente era controlar a hiperinflação, um problema brasileiro inveterado. O programa brasileiro de balanceamento econômico é considerado o mais afortunado de todos os planos disseminados nos últimos anos para bombardear casos de inflação recorrente. Assentaram condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o Governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de extenso aforamento que constituído em etapas, o plano decorreria no termino de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994.

O plano foi constituído por três fundamentais frentes de ações:

1. **Ajuste Fiscal** - o governo buscou amortizar o desequilíbrio entre a arrecadação e os gastos públicos através da supressão de impostos e cortes nos gastos públicos,.
2. **Desindexação da Economia** - após anos de inflação recorrente, os agentes econômicos recorreram a indexação de preços a índices de inflação, instituindo um círculo vicioso de acréscimo de preços. A central ação para reverter este quadro foi a adoção da *Unidade Real de Valor - URV*, como forma de extinguir a memória inflacionária.
3. **Política Monetária Restritiva** - o governo tomou diversas medidas para restringir a atividade econômica interna, como aumento da taxa básica de juros e aumento dos depósitos compulsórios.

O plano obteve resultados muito positivos, com controle da inflação e acréscimo da taxa de investimentos na economia. A hiperinflação foi de fato dominada, embora uma inalterável inflação residual tenha se sustentado: a inflação acumulada no Brasil nos primeiros onze primeiros anos do plano atingiu 165%, segundo pesquisa divulgada pela *Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIEPE*, através do *Índice de Preços ao Consumidor - IPC*.

Ainda que a desindexação da economia tenha contraído êxito, o ajustamento fiscal que era fundamental para corrigir o desequilíbrio nas contas do governo e assegurar a controle da inflação no longo prazo foi intensamente restrito.

Nos anos seguintes o governo manteve o controle da inflação tendo como principal instrumento de política econômica a "âncora cambial", aliada a uma política de abertura econômica. A manutenção de tal política levou a um crescente desequilíbrio fiscal, a ponto de se obter déficit primário em 1998. A vidente degradação das contas do governo foi acompanhada por um grande crescimento da dívida pública, alavancada pela alta taxa de juros básicos utilizados pelo governo como forma de atração de capital estrangeiro.

Finalmente, com a crise dos Tigres Asiáticos (1997) e da Rússia (1998), a situação tornou-se insustentável. A aversão do capital internacional ao

risco aumenta rapidamente, exigindo do governo um novo aumento nas taxas básicas de juros (em setembro de 1998, a taxa de juros real estava próxima de 50% a.a.). Em novembro de 1998, é assinado um acordo de ajuda com o FMI que impunha duras obrigações a serem cumpridas.

Em dezembro de 1998, o congresso não aprova a taxação dos servidores inativos, um dos itens fundamentais para o ajuste fiscal. Concomitantemente alguns governos estaduais (como o de Minas Gerais) passam a fazer oposição ativa ao governo. Não conseguindo mais conter a saída de capital, em janeiro de 1999 o governo abandona o sistema de bandas cambiais e deixa a taxa de câmbio livre. Em 2 meses o Real se desvaloriza cerca de 40%.

3 O BRASIL HOJE E A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

São muitos os impactos gerados pela crise econômica mundial: queda da bolsa de valores, subida do risco Brasil e desvalorização do câmbio; em razão da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, com o objetivo de compensar as perdas nos mercados americanos e europeus, bem como em busca de uma maior segurança nos títulos do governo dos EUA.

Os Blocos econômicos têm acirrado algumas alianças e desfeito outras devido a crise financeira, O MERCADO COMUM EUROPEU – MCE; O BLOCO DOS TIGRES ASIÁTICOS; NAFTA; MERCOSUL ou a ALCA teve suas discussões centradas na crise econômica, é na busca de uma solução para o problemas que os grandes líderes tem focado sua atenção, contudo as divergências políticas internas e externas muitas vezes não possibilitam um dialogo ou entendimento melhor.

Deter uma crise financeira aonde se busca um culpado ao invés de uma solução é uma árdua e quase impossível tarefa, a menos que despertem para o “agravamento desta crise e suas conseqüências a nível mundial” e não somente há alguns poucos interesses o risco de uma derrota global é eminente.

No mundo a palavra “crise” se tornou global, o Brasil propõe ser exceção à regra, todavia o país tem resistido às extremas dificuldades que vêm comprometendo as economias teoricamente mais potentes. Apesar de que no resto do mundo o desenvolvimento, melhor, crescimento médio do PIB declinou para 1%, no caso do Brasil apresentou um decréscimo de 5,4% para 3,5%. A inflação, que em

tempos não muito remotos era de 6%, ronda nesta altura os 4,5%.

A taxa de desemprego, que não pára de aumentar nos países ditos de “primeiro mundo”, cifrou-se no Brasil nos 7,9% em 2008, contra os 9,3% de 2007 e em meio ao período de Novembro à Dezembro de 2008, a mencionada alíquota baixou de 7,6% para 6,8%. É também visível e inquestionável que a inclinação econômica da população brasileira que expõe uma dimensão sem precedentes. Para exemplificar e baseado em dados da *Associação Brasileira de Vendas Diretas*, o setor obteve um crescimento de 8,7% entre Outubro e Dezembro de 2008, tendo aumentado o número de revendedores em 7,2% relativamente a 2007.

É válido ressaltar também a título de exemplo de acordo com os dados publicados pela *Volkswagen* que nos últimos anos as vendas no Brasil aumentaram mais de 30%, enquanto que em países tradicionalmente consumidores, como os EUA e a Alemanha, se verificou uma quebra acentuada. As previsões apontam para que o Brasil venha a ser ao longo dos próximos cinco anos o 6º destino preferido do investimento de empresas multinacionais.

Muitos são os fatores que confirmam o porquê da resistência do Brasil diante de tamanha crise econômica, um destes fatores são os incalculáveis recursos naturais do país que culminam com os investimento no seu aproveitamento e a uma agricultura moderna, classificando assim, o país como centro de produção de praticamente qualquer produto que dependa da natureza, como o caso dos produtos agrícolas, do petróleo, do gás e do *etanol*, adquiridos a partir da cana-de-açúcar e apresentado como uma das fontes energéticas do futuro, tanto que mesmo com a crise mundial os níveis de produção não param de crescer.

Outro fator que contribuiu para a mencionada resistência a crise certamente foi a redução da dependência da economia Brasileira relativamente à Americana. Ainda que expressivamente em alguns anos atrás os EUA absorviam cerca de 27% das exportações do Brasil, hoje o valor está amplamente cotado nos 15%, estando os restantes 85% bem distribuídos entre vários continentes. Assim, a crise que abalou fortemente os EUA, motor da economia mundial, teve menores impactos diretos.

A consistência das medidas implantadas ao longo da última década, bem como as reservas internacionais no valor de 200 bilhões de dólares, possibilita ao país desfrutar de uma constância e segurança apreciáveis, graças a este fato podemos ressaltar sem qualquer dúvida do quanto é importante a existência de um

Banco Central autônomo e a política de câmbio flutuante investida em 1999, que permite ao país ajustar os preços relativos de forma rápida e assim minorar o impacto de choques externos sobre os vencimentos e o emprego.

Também tem contribuído para a superação da crise ou não gerado maiores conflitos conseqüentes dela o atenuante dos depósitos compulsórios exigidos pelo *Banco Central*, o que permite uma maior irrigação do sistema financeiro e, em especial, um maior investimento na agricultura, e é ainda o caso da utilização de parte das reservas cambiais para suprir de capital de giro os exportadores.

Ainda que a situação seja bastante mais favorável ao Brasil do que à maioria dos países que direta ou indiretamente foram atingidos por ela no mundo, o país não pode ignorar as ameaças de que é alvo: a própria crise financeira mundial, a inflação em alta na generalidade dos países, a queda no preço das mercadorias e a concorrência de outros mercados emergentes (como a Rússia, a China e a Índia).

O Brasil deverá considerar os aspectos políticos e financeiros globais, praticando a *geoestratégia* e nunca esquecendo que o seu maior compromisso é para com o seu povo. No Brasil, o agravamento da crise obrigou o governo a mudar o discurso da “blindagem” ou do “descolamento” da economia brasileira em relação aos EUA, levando o Banco Central do Brasil a adotar as seguintes medidas: 1- leilões para venda de dólares com cláusula de recompra, vendas de dólares das reservas e vendas de dólares no mercado futuro; 2- reduções sucessivas dos depósitos compulsórios e 3- edição de uma medida provisória que possibilita ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal comprarem instituições financeiras privadas e tornarem-se sócios de empresas construtoras. Por outro lado, a estratégia de elevação da taxa de juros – num momento de clara tendência de desaceleração da atividade econômica –, já é questionada no interior do próprio governo. No entanto, essa não vai ser uma escolha trivial; numa economia sem controle dos fluxos de capitais, a elevação da taxa de juros também é utilizada com o objetivo de tentar impedir a fuga de capitais nos momentos de crise. Ademais, as restrições externas – com redução dos saldos da balança comercial e crescimento do *deficit* da conta de transações correntes – forçarão a redução do ritmo de atividade econômica.

A divulgação de estatísticas positivas sobre o desempenho (passado) da economia não resolve o problema.

4 CONCLUSÃO

Para prosperar, o Brasil deverá saber identificar as suas fraquezas, como os gastos elevados do seu Governo, a baixa alfabetização da população, a taxa de desemprego que, embora tenha vindo a decrescer continua a alta, e o desperdício abundante bem como o não aproveitamento de alguns recursos, tentando eliminá-los ou, pelo menos, atenuá-los. Bem como deverá ainda saber identificar e assegurar o aproveitamento das oportunidades, inclusive como exemplo a própria crise poderá ser benéfica, já que vem revelando o Brasil como um destino de investimento ilimitado e um mercado de grandes dimensões, em expansão em diversos segmentos ou setores.

O Brasil possui inúmeras riquezas e que sejam em qual âmbito for a soma destas riquezas o possibilita crescer cada vez mais, o assegura apesar de também sofrer com a crise financeira , ainda assim sofrer um impacto menor dados seus recursos naturais em larga escala e também a postura do Governo atual em não permitir se deixar abater e utilizar os meios necessários porém lícitos e de conformidade com as necessidades da população brasileira.

REFERÊNCIAS

A ECONOMIA DO BRASIL HOJE – Disponível em:
<http://www.economiabr.defesabr.com/economia_hoje.htm>

A ECONOMIA DO BRASIL ONTEM – Disponível em:
<http://www.economiabr.defesabr.com/economia_ontem.htm>

O BRASIL E A CRISE MUNDIAL 1 – Disponível em:
<<http://beta.networkcontacto.com/visaocontacto/Lists/Posts/Post.aspx?ID=482>>

O BRASIL E A CRISE MUNDIAL 2 – Disponível em:
<<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/642-os-efeitos-da-crise-mundial-na-economia-brasileira>>